



Tonon Bioenergia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2013, 2012 e 2011**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
14° Andar – Sala 1403 - Jardim América
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650
Fax: 55 (16) 3323-6651
Internet: www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e Acionistas da
Tonon Bioenergia S.A.
Bocaina - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Tonon Bioenergia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tonon Bioenergia S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ribeirão Preto, 10 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC-1SP160909/O-3

Tonon Bioenergia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	2011	Passivos	Nota	2013	2012	2011
Caixa e equivalente de caixa	6	304.586	28.227	26.043	Fornecedores	17	41.726	89.785	45.882
Outros investimentos	7	19.324	35.987	30.765	Instrumentos financeiros derivativos	22	1.749	7.740	5.579
Instrumentos financeiros derivativos	22	1.373	7.325	19.907	Empréstimos e financiamentos	18	107.451	379.790	508.251
Contas a receber de clientes	8	1.466	3.912	13.214	Salários e encargos sociais		14.522	12.962	11.323
Estoques	9	31.821	28.470	18.952	Tributos a recolher		2.675	7.723	1.184
Adiantamento a fornecedores	10	38.111	37.427	36.272	Parcelamentos tributários	19	5.265	3.405	4.058
Despesas antecipadas		226	547	1.250	Adiantamento de clientes	20	7.114	53.812	10.625
Tributos a recuperar	11	29.306	27.489	6.701	Dividendos a pagar		-	7.475	-
Ativos não circulantes mantidos para venda	12	3.028	3.028	-	Outras contas a pagar		3.205	101	-
Imposto de renda e contribuição social		151	498	500					
Outras contas a receber		1.653	146.658	-	Total do passivo circulante		183.707	562.793	586.902
Total do ativo circulante		431.045	319.568	153.604	Fornecedores	17	12	104	1.907
Outros investimentos	7	34.168	32.259	7.891	Instrumentos financeiros derivativos	22	2.879	-	3.990
Adiantamento a fornecedores	10	33.430	17.492	-	Empréstimos e financiamentos	18	822.558	255.841	69.102
Tributos a recuperar	11	475	223	374	Ações preferenciais resgatáveis	24	-	-	103.750
Depósitos judiciais		3.063	3.250	3.298	Passivo fiscal diferido	13	6.546	22.095	11.665
Outras contas a receber		-	-	788	Provisão para contingências	21	6.588	20.385	17.392
Imobilizado	14	354.854	359.916	490.288	Parcelamentos tributários	19	5.839	6.983	9.029
Ativo biológico	15	471.376	398.109	288.580	Total do passivo não circulante		844.424	305.408	216.835
Intangível	16	2.259	2.417	167	Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante		899.625	813.666	791.386	Capital social		79.310	67.424	55.470
					Reserva legal		993	993	-
					Reserva de capital		106.170	74.057	11
					Reserva especial de ágio		34.806	34.806	34.806
					Reserva de lucro		35.940	32.084	-
					Ajuste de avaliação patrimonial		45.319	55.669	64.406
					Prejuízos acumulados		-	-	(13.440)
					Total do patrimônio líquido	24	302.539	265.033	141.253
Total do ativo		1.330.670	1.133.234	944.990	Total do passivo e patrimônio líquido		1.330.670	1.133.234	944.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012	2011
Receita	25	594.103	475.808	392.349
Custo das vendas		(486.555)	(376.129)	(332.393)
Variação do valor justo de ativo biológico	15	<u>47.547</u>	<u>29.176</u>	<u>13.019</u>
Lucro bruto		<u>155.095</u>	<u>128.855</u>	<u>72.975</u>
Despesas administrativas	26	(5.220)	(4.777)	(6.716)
Despesas de vendas	26	(36.030)	(31.537)	(29.748)
Despesas gerais	26	(14.023)	(10.390)	(20.088)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	<u>(544)</u>	<u>63.577</u>	<u>1.206</u>
		<u>(55.817)</u>	<u>16.873</u>	<u>(55.346)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>99.278</u>	<u>145.728</u>	<u>17.629</u>
Receitas financeiras		79.148	122.018	62.402
Despesas financeiras		<u>(212.890)</u>	<u>(241.352)</u>	<u>(124.475)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	27	<u>(133.742)</u>	<u>(119.334)</u>	<u>(62.073)</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<u>(34.464)</u>	<u>26.394</u>	<u>(44.444)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	685	798
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>19.524</u>	<u>(9.586)</u>	<u>21.200</u>
Resultado líquido das operações em continuidade		<u>(14.940)</u>	<u>17.493</u>	<u>(22.446)</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	5	<u>729</u>	<u>2.379</u>	<u>1.550</u>
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		<u>(14.211)</u>	<u>19.872</u>	<u>(20.896)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Note	2013	2012	2011
Prejuízo (lucro) Líquido do exercício		(14.211)	19.872	(20.896)
Varição líquida no valor justo e ativos financeiros mantidos para venda		11.692	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	13	<u>(3.975)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		<u>7.717</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u>(6.494)</u>	<u>19.872</u>	<u>(20.896)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva especial de ágio	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			
Saldo em 31 de março de 2010		55.470	11	10.031	-	-	73.387	(1.525)	137.374
Aquisição da Tonon Agricultura S.A.		-	-	24.775	-	-	-	-	24.775
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	(8.981)	8.981	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(20.896)	(20.896)
Saldo em 31 de março de 2011		55.470	11	34.806	-	-	64.406	(13.440)	141.253
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	8.737	(8.737)	-	-
Ações preferenciais transferidas do passivo para o patrimônio líquido (Nota 26)		11.954	74.046	-	-	-	-	25.383	111.383
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	19.872	19.872
Destinações do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	993	-	-	(993)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(7.475)	(7.475)
Retenção de lucro		-	-	-	-	23.347	-	(23.347)	-
Saldo em 31 de março de 2012		67.424	74.057	34.806	993	32.084	55.669	-	265.033
Aumento de capital		11.886	32.113	-	-	-	-	-	44.000
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	7.717	-	-	7.717
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	10.350	(10.350)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(14.211)	-	-	(14.211)
Saldo em 31 de março de 2013		79.310	106.170	34.806	993	35.940	45.319	-	302.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tonon Bioenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2013	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo(lucro) líquido do exercício	(14.211)	19.872	(20.896)
Ajustado por:			
Depreciação dos ativos imobilizados	38.572	35.057	52.897
Amortização dos ativos intangíveis	521	90	33
Realização da manutenção de entressafra	55.434	37.670	11.128
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(47.547)	(29.176)	(13.019)
Amortização da lavoura e tratos	98.945	70.730	66.730
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.011)	4.767	1.147
Provisão para contingências	(13.797)	2.993	4.261
Ativos e passivos fiscais diferidos	(19.524)	9.586	(21.200)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	104.088	100.940	91.686
Mudança no valor justo de instrumentos derivativos	2.840	10.753	(10.338)
Valor residual de ativo imobilizado alienado	839	25.460	4.155
Juros recebidos sobre a venda de investimentos	-	(6.021)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.752)	-	-
Ganho na venda de investimentos	-	(57.786)	-
Ajuste de valor justo nos investimentos	-	(4.309)	-
	200.398	220.626	166.584
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/diminuição em outros investimentos	28.198	(12.009)	(34.391)
(Aumento)/diminuição de contas a receber de clientes	6.457	4.535	9.728
(Aumento)/diminuição de estoques	(3.351)	(9.518)	(2.324)
(Aumento)/diminuição em adiantamentos a fornecedores	(16.622)	(18.647)	(19.890)
(Aumento)/diminuição em despesas antecipadas	321	703	101
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar	(1.722)	(20.635)	(2.236)
(Aumento)/diminuição em outras contas a receber	145.005	151	(375)
(Aumento)/diminuição em depósitos judiciais	187	48	(112)
Aumento/(diminuição) de fornecedores	(48.151)	42.100	(34.632)
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	1.560	1.639	1.314
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	(5.048)	6.539	(3.206)
Aumento/(diminuição) em adiantamentos de clientes	(46.698)	43.187	(7.149)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	3.104	101	(197)
Aumento (diminuição) em parcelamentos tributários	716	(1.855)	(1.164)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(81.174)	(48.113)	(71.711)
	183.181	208.852	340
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aumento de capital em investidas	-	(378)	-
Investimento em ativo imobilizado	(89.783)	(65.951)	(75.097)
Aquisição de intangível	(363)	(2.340)	(105)
Investimento em ativo biológico	(124.665)	(151.083)	(115.199)
	(214.811)	(219.752)	(190.401)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	1.034.848	295.717	521.052
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	(763.384)	(282.633)	(342.299)
Aporte de capital de acionistas	44.000	-	5.000
Pagamento de dividendos	(7.475)	-	-
	307.989	13.084	183.753
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			
	276.359	2.184	(6.308)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa			
No final do exercício	304.586	28.227	26.043
No início do exercício	28.227	26.043	32.351
	276.359	2.184	(6.308)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Geral

A Companhia tem sua sede localizada na Rodovial Jaú-Araraçuara, KM 129, Fazenda Santa Cândida, no Município de Bocaina, Estado de São Paulo, sua estrutura operacional é composta por 2 (duas) unidades uma no Estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Maracajú que tem como denominação “Unidade de Vista Alegre” e a sede. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar, a fabricação e a comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; co-geração de energia elétrica; exploração agrícola de produtos e de matéria- prima.

Aproximadamente 80% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 20% de fornecedores terceiros. No exercício findo em 31 de março de 2013 as 2 unidades tiveram uma capacidade instalada de processamento de cana-de-açúcar de 5,5 milhões de toneladas ano, e a moagem neste período foi de 5,1 milhões de toneladas, com uma produção de 363.647,4 toneladas de açúcar e 175.065,7mil metros cúbicos de etanol.

b. Aquisição e venda de investimentos

Durante o exercício de 2012, a Companhia constituiu as entidades Companhia Tonon Bioelétrica S.A., Companhia Tonon Bioelétrica MS S.A., TononBioeletricidadeS.A. e TononBioeletricidade MS Ltda., cujo objeto social é de gerar e comercializar energia elétrica de origem térmica, além de, poder se dedicar as atividades de importação e exportação. Recentemente, firmamos uma parceria estratégica com o Grupo Energisa SA, uma empresa de energia no Brasil. Em conexão com esta parceria, vendemos os ativos de co-geração para a Energisa e firmamos a troca de bagaço com a energia e vapor produzido nas usinas que continuam a operar. A venda foi acordado em Dezembro de 2011, no qual concordamos em vender ações de quatro Sociedades de Propósito Específico, ou SPEs: (i) Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I SA, ou USC I, em que transferimos todos os atos de co-geração em nossa fábrica de Santa Cândida, (ii) Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II SA, ou USC II, em que transferimos todos os nossos direitos de construção e operação em caso de expansão da nossa unidade Santa Cândida co-geração de plantas, (iii) Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I SA, ou UVA I, em que transferimos todos os ativos de co-geração em nossa fábrica Vista Alegre, e (iv) Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II SA, ou UVA II, em que transferimos todos os nossos direitos de construção e de operação em caso de expansão da nossa unidade de Vista Alegre instalação de co-geração. Nos termos da compra de ações, a Energisa adquiriu: (i) 85% do capital social da USC I, (ii) 85% do capital social da UVA I, (iii) 100% do capital estoque da USC II, e (iv) 100% do capital social da UVA II por um valor total de aproximadamente R \$ 150 milhões. Nos termos dos acordos, em 20 anos Energisa vai vender para a Companhia os ativos detidos por cada uma das SPEs USC I, II USC, eu UVA e UVA II. Somente as companhias TononBioeletricidade S.A. e TononBioeletricidade MS Ltda. tem instalações.

Foi registrado um ganho de R\$ 58 milhões, no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas, oriundo da venda destes ativos.

A venda dos investimentos teve como objetivo a ampliação da capacidade instalada, dos atuais 60MW para 170 MW, por meio da ampliação das duas termelétricas já existentes (de 60MW para 90MW) e da construção de outras duas (com capacidade total de 80MW) até 2014, sendo esses investimentos responsabilidade da Energisa.

2 Base de preparação

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A emissão das demonstrações financeiras reapresentadas foi autorizada pelo conselho de administração da Campanhia em 6 de maio de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas de vendas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 13 - Ativo e passivo fiscal diferido;

- Nota 22 - Instrumentos financeiros.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 15 - Ativo biológico;
- Nota 14 - Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 21 - Provisão para contingências.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões, de compra e de venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido devem ser medidos pelo custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com de vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos a vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos com um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

iii. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e preço. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas contra o resultado.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado) e são reconhecidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais líquidas no resultado.

ii. Custos de manutenção

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que eles estão instalados e prontos para uso ou em caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que o ativo está concluído e está pronto para uso.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	2013	2012	2011
Edificações e benfeitorias	3,38%	3,38%	4,57%
Instalações	9,17%	9,17%	14,13%
Máquinas e equipamentos	10,49%	10,49%	8,42%
Móveis e utensílios	10,27%	10,27%	8,20%
Equipamentos de informática	20,87%	20,87%	11,95%
Veículos	15,39%	15,39%	15,62%
Ferramentas e acessórios	32,00%	32,00%	100%
Máquinas e implementos agrícolas	9,01%	9,01%	10,28%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se apropriado

d. Ativos intangíveis

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, quando necessário, das perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é de 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo transferido dos ativos biológicos para estoque é o seu valor justo menos as despesas para de venda, apurados na data do corte.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (*incluindo recebíveis*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as

condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa “UGC” exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Ativos classificados como não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizados não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não ficam sujeitos a aplicação do método de equivalência quando classificados como mantidos para venda.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. Para as vendas de energia elétrica, a Companhia se utiliza de medidores de energia transmitida a clientes, sendo que a cada fechamento mensal há a valorização dessa quantidade e o conseqüente reconhecimento da receita.

m. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

n. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a.** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, variação cambial, juros, multas contratuais e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos, despesas bancárias, variação cambial e perdas com instrumentos financeiros derivativos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método do juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data

de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada com uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de março de 2013, sendo essas:

i. *CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto e CPC 45 - Divulgação de participações em outras sociedades*

O CPC 36 (R3) introduziu novo conceito de controle para determinar qual investida deve ser consolidada.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. A administração da Empresa concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Pelo CPC 19 (R2), a estrutura de negócios em conjunto, embora ainda seja uma importante consideração, não é o principal fator na determinação do tipo de negócio em conjunto e da subsequente contabilização:

- Operação em conjunto (*joint operation*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio, é contabilizada de acordo com os interesses das partes nos ativos, passivos, receitas e despesas; e
- Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido eliminada a consolidação proporcional de empreendimento controlado em conjunto.

O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para o reporte financeiro por entidades que tenham interesses em negócios controlados em conjunto (*negócios em conjunto*). A administração da Empresa concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

O CPC 45 consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

ii. CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 18 (R2) se refere à contabilização dos resultados e transações ascendentes (upstream) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da vendedora, mas não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço da adquirente pertencente ao grupo econômico.

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A Administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

iii. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 33 (R1) se refere à contabilização de planos de benefícios definidos. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

iv. CPC 46 - Mensuração do valor justo

O CPC 46 define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Os novos pronunciamentos ou alterações de pronunciamentos conforme indicados acima não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013.

A administração da Companhia concluiu que nenhum desses novos pronunciamentos terá efeito material sobre as demonstrações financeiras.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Ativo biológico

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas, e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com o método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

ii. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação

iii. Contratos de câmbio e swaps de fluxo de caixa

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

O valor justo de contratos de swaps de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

5 Operações descontinuadas

As operações descontinuadas referem-se à operação de co-geração de energia, a qual foi firmada a venda parcial (85%) no último bimestre do exercício findo em 2012. Estas operações não eram consideradas operações descontinuadas ou classificadas como disponíveis para venda em 31 de março de 2011.

	2013	2012	2011
Resultado líquido de operações descontinuadas			
Receitas	2.137	19.824	18.543
Custo dos produtos vendidos	<u>(1.032)</u>	<u>(16.219)</u>	<u>(16.195)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>1.105</u>	<u>3.605</u>	<u>2.348</u>
Impostos sobre o lucro	<u>(376)</u>	<u>(1.226)</u>	<u>(798)</u>
Resultado após os impostos referentes às operações descontinuadas	<u><u>729</u></u>	<u><u>2.379</u></u>	<u><u>1.550</u></u>

Demonstrações dos fluxos de caixa das operações descontinuadas

	2013	2012	2011
Fluxo de caixa das operações descontinuadas			
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	1.105	5.630	5.730

6 Caixa e equivalente de caixa

	2013	2012	2011
Caixa e bancos	2.809	5.148	4.559
Aplicações financeiras			
Modalidade pós- fixada			
LCA	60% da variação do CDI	-	-
CDB	98% a 100% da variação do CDI	156.200	-
Conta remunerada	Variação do dólar norte-americano	-	-
CDB	101% a 102,3% do CDI - Certificado de depósito interbancário (*)	145.387	597
Aplicação financeira automática	190	<u>22.482</u>	<u>1.034</u>
	<u><u>304.586</u></u>	<u><u>28.227</u></u>	<u><u>26.043</u></u>

(*) Taxa média ponderada

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data da demonstração da posição financeira em que o valor não exceda o valor de mercado. Esses investimentos podem ser imediatamente resgatados sem penalidades ou perdas.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

7 Outros investimentos

		2013	2012	2011
Circulante				
Aplicações financeiras				
Modalidade pós-fixada				
CDB	95% da variação do CDI (*)	-	1.622	-
CDB	99,3% da variação do CDI (*)	-	514	-
CDB	98% da variação do CDI (*)	-	8.473	-
CDB	100% da variação do CDI (*)	7.137	9.275	14.511
CDB	100,5% da variação do CDI (*)	-	15.853	-
CDB	101% da variação do CDI (*)	29	-	16.254
CDB	101,6% da variação do CDI (*)	8.620	-	-
Título de capitalização	Taxa referencial	-	250	-
Quotas		3.538	-	-
		<u>19.324</u>	<u>35.987</u>	<u>30.765</u>
Não circulante				
Aplicações financeiras				
Modalidade pós-fixada				
CDB	99,5% da variação do CDI (*)	-	3.364	7.891
CDB	100% da variação do CDI (*)	-	11.314	-
		<u>-</u>	<u>14.678</u>	<u>7.891</u>
Investimentos patrimoniais				
	Centro de Tecnologia Canavieira (a)	357	357	-
	Tonon Bioeletrecidade S.A (b)	13.261	9.564	-
	Tonon Bioeletrecidade MS Ltda. (b)	15.655	7.660	-
	Auto Posto Santa Candida de Boca (c)	4.895	-	-
		<u>34.168</u>	<u>17.581</u>	<u>-</u>
		<u>34.168</u>	<u>32.259</u>	<u>7.891</u>

(*) Taxa média ponderada

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

- (a) Investimentos reconhecidos pelo custo.
- (b) A Companhia firmou uma parceria estratégica com o Grupo Energisa SA, uma empresa de energia no Brasil. Em conexão com esta parceria, a Companhia vendeu os ativos de co-geração para a Energisa e firmamos a troca de bagaço com a energia e vapor produzido nas usinas que continuam a operar. A venda foi acordada em Dezembro de 2011, no qual a Companhia concordou em vender ações de quatro Sociedades de Propósito Específico, ou SPEs: (i) Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I SA, ou USC I, em que foi transferido todos os ativos de co-geração da fábrica de Santa Cândida, (ii) Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II SA, ou USC II, em que foi transferido todos os direitos de construção e operação em caso de expansão da nossa Santa Cândida co-geração de plantas, (iii) Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I SA, ou UVA I, em que foi transferido todos os ativos de co-geração da fábrica Vista Alegre, e (iv) Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II SA, ou UVA II, em que foi transferido todos os direitos de construção e de operação em caso de expansão da instalação de co-geração de Vista Alegre. Nos termos da compra de ações, a Energisa adquiriu: (i) 85% do capital social da USC I, (ii) 85% do capital social da UVA I, (iii) 100% da capital estoque da USC II, e (iv) 100% do capital social da UVA II por um valor total de aproximadamente R\$ 150 milhões. Nos termos dos acordos, em 20 anos a Energisa vai vender para a Companhia os ativos detidos por cada uma das SPEs USC I, II USC, eu UVA e UVA II. Somente as companhias Tonon Bioeletricidade S.A. e Tonon Bioeletricidade MS Ltda. tem instalações. Nesta transação a Companhia atendeu diversas condições precedentes e recebeu o montante acordado de aproximadamente R\$ 150 milhões em agosto de 2012.

O Investimento passou a ser contabilizado pelo valor justo no momento em que o controle foi perdido, sendo a diferença (entre o custo e o novo valor justo atribuído) no valor de R\$ 17.581 reconhecida como “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” no resultado do exercício findo em 31 de março de 2012. Estes investimentos são classificados como disponíveis para venda e a mudança do valor justo referente a mensuração subsequente são contabilizados como outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de março de 2013, a mudança do valor justo foi de R\$ 7.717, líquidos de impostos.

- (c) Em 18 de outubro de 2012, a Companhia adquiriu da Família Tonon 100% do capital social da Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda., um posto de gasolina localizado próximo a unidade Santa Cândida. O custo de aquisição foi de R\$ 4.600. Os investimentos não foram consolidados.

	Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	Tonon Bioeletricidade S.A.	Tonon Bioeletricidade MS Ltda.	Tonon Bioeletricidade MS Ltda.	Tonon Bioeletricidade MS Ltda.	Total
Saldo em 31 de março de 2011	-	-	-	-	-	-
Investimento inicial	179	20	20	20	20	259
Aporte de capital	178	-	-	13.720	72.340	86.238
Venda da participação acionária	-	(20)	(20)	(11.679)	(61.506)	(73.225)
Ajuste por valor justo	-	-	-	7.503	(3.194)	4.309
Saldo em 31 de março de 2012	357	-	-	9.564	7.660	17.581

	Centro de Tecnologia Canaveira S.A.	Tonon Bioeletricidade S.A.	Tonon Bioeletricidade MS Ltda.	Auto Posto Santa Candida de Bocaina Ltda.	Total
Saldo em 31 de março de 2012	357	9.564	7.660	-	17.581
Ajuste por valor justo	-	3.697	7.995	-	11.692
Aquisição	-	-	-	4.600	4.600
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	295	295
Saldo em 31 de março de 2013	357	13.261	15.655	4.895	34.168

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

8 Contas a receber de clientes

	2013	2012	2011
Contas a receber - Mercado externo		-	1.658
Contas a receber - Mercado interno	-	6.437	10.526
Contas a receber - Partes relacionadas (nota 23)	1.466	1.486	2.228
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(4.011)	(1.198)
	<u>1.466</u>	<u>3.912</u>	<u>13.214</u>

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia em 31 de março de 2013 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na Nota Explicativa 22 - Instrumentos financeiros.

9 Estoques

	2013	2012	2011
Produtos acabados			
Açúcar	6.503	-	5.611
Etanol	5.543	14.517	1.176
Óleo	8	-	-
Almoxarifado e outros	19.767	13.953	12.001
Mercadorias	-	-	164
	<u>31.821</u>	<u>28.470</u>	<u>18.952</u>

Em 31 de março de 2013, materiais de almoxarifado e outros, mercadorias e alterações em produtos acabados, reconhecidos no custo de venda, totalizavam R\$ 486.555 (R\$ 376.129 em 31 de março de 2012 e R\$ 332.393 em 31 de março de 2011).

10 Adiantamento a fornecedores

	2013	2012	2011
Adiantamento fornecedores diversos	425	866	4.040
Adiantamento fornecedores de cana	61.464	38.347	27.895
Adiantamento fornecedores performance	-	8.696	-
Adiantamento fornecedores - Partes relacionadas (nota 23)	<u>9.652</u>	<u>7.010</u>	<u>4.337</u>
	<u><u>71.541</u></u>	<u><u>54.919</u></u>	<u><u>36.272</u></u>
Circulante	38.111	37.427	36.272
Não circulante	33.430	17.492	-

Os adiantamentos a fornecedores de cana são representados, substancialmente, por valores adiantados a parceiros agrícolas conforme previsões contratuais, cuja entrega do produto ocorrerá na próxima safra.

11 Tributos a recuperar

	2013	2012	2011
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.482	19.216	1.961
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.055	1.360	752
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	466	413	377
Programa de integração social - PIS	3.840	4.144	586
Outros tributos a recuperar	<u>3.938</u>	<u>2.579</u>	<u>3.399</u>
	<u><u>29.781</u></u>	<u><u>27.712</u></u>	<u><u>7.075</u></u>
Circulante	29.306	27.489	6.701
Não circulante	475	223	374

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda em 31 de março de 2013 (R\$ 3.028) referem-se aos ativos imobilizados de uma subestação de conexão com a rede de distribuição de energia, localizada no município de Maracajú/MS, os quais estão em negociação com a empresa de distribuição de energia do estado do Mato Grosso do Sul.

13 Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposta de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Tonon Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2013, 2012 e 2011

	2013	2012	2011
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.464)	26.394	(44.444)
Alíquota combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social utilizando a alíquota combinada	11.718	(8.974)	15.111
Adições (exclusões) permanentes	7.806	73	6.887
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	19.524	(8.901)	21.998
Alíquota efetiva	57%	34%	49%

As movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de março de 2012 estão demonstradas como segue:

	2011	Reconhecidos no resultado	Compensação parcelamento tributário	2012
Provisão para contingência	5.914	2.101	-	8.015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	390	2.030	-	2.420
Provisão de ATR - Fornecedores de cana	1.774	(1.774)	-	-
IR e CSLL diferidos sobre base negativa	18.822	(702)	(844)	17.276
IR e CSLL diferidos sobre de ágio	28.907	(7.082)	-	21.825
Diferidos sobre mais valia do imobilizado	(34.984)	10.142	-	(24.842)
Diferidos sobre mais valia do ativo biológico	(32.488)	(9.919)	-	(42.407)
Valor justo dos investimentos	-	(1.465)	-	(1.465)
Variação cambial - apuração método de caixa	-	(2.917)	-	(2.917)
Total	(11.665)	(9.586)	(844)	(22.095)

	2012	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no resultado abrangente	2013
Provisão para contingência	8.015	(6.131)	-	1.884
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.420	(1.827)	-	593
Provisão de ATR - Fornecedores de cana	-	641	-	641
IR e CSLL diferidos sobre base negativa	17.276	38.315	-	55.591
IR e CSLL diferidos sobre de ágio	21.825	(7.083)	-	14.742
Diferidos sobre mais valia do imobilizado	(24.842)	11.043	-	(13.797)
Diferidos sobre mais valia do ativo biológico	(42.407)	(16.165)	-	(58.572)
Valor justo dos investimentos	(1.465)	-	(3.975)	(5.440)
Variação cambial - apuração método de caixa	(2.917)	731	-	(2.188)
Total	(22.095)	19.524	(3.975)	(6.546)

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Os impostos diferidos ativos, conforme expectativa de lucratividade futura da Companhia, serão realizados em até 5 anos.

14 Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícolas	Manutenção de entressafra	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2011	3.544	94.947	113.170	253.618	978	2.001	15.055	125	24.728	46.659	11.590	566.415
Adições	-	-	-	-	-	-	120	-	-	47.927	17.904	65.951
Baixas	-	-	-	(26.661)	-	(7)	(1.810)	-	-	(46.659)	(7.251)	(82.388)
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(23.886)	(29.857)	(72.903)	-	-	-	-	-	-	-	(126.646)
Transferência entre contas	2.250	3.422	539	3.209	100	906	524	-	10.673	-	(21.623)	-
Saldo em 31 de março de 2012	5.794	74.483	83.852	157.263	1.078	2.900	13.889	125	35.401	47.927	620	423.332
Saldo em 1 de abril de 2012	5.794	74.483	83.852	157.263	1.078	2.900	13.889	125	35.401	47.927	620	423.332
Adições	540	93	20	3.207	85	188	1.725	30	8.304	71.544	4.048	89.784
Baixas	-	-	-	(839)	-	-	-	-	-	(55.434)	-	(56.273)
Transferência entre contas	-	(7.195)	3.172	(99)	124	140	2.851	9	1.520	-	(522)	-
Saldo em 31 de março de 2013	6.334	67.381	87.044	159.532	1.287	3.228	18.465	164	45.225	64.037	4.146	456.843

Depreciação	Terreno	Edificações e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Ferramentas e acessórios	Máquinas e implementos agrícola	Manutenção de Entressafra	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2011	-	(11.151)	(17.908)	(40.105)	(263)	(1.098)	(4.437)	(85)	(1.080)	-	-	(76.127)
Adições no período	-	(2.079)	(9.045)	(18.014)	(106)	(314)	(3.622)	(33)	(1.844)	-	-	(35.057)
Baixas no período	-	6.737	-	3.310	-	7	215	-	-	-	-	10.269
Transferência para ativos mantidos para venda	-	2.846	5.935	28.718	-	-	-	-	-	-	-	37.499
Saldo em 31 de março de 2012	-	(3.647)	(21.018)	(26.091)	(369)	(1.405)	(7.844)	(118)	(2.924)	-	-	(63.416)
Saldo em 1 de abril de 2012	-	(3.647)	(21.018)	(26.091)	(369)	(1.405)	(7.844)	(118)	(2.924)	-	-	(63.416)
Adições no período	-	(2.839)	(9.382)	(16.648)	(109)	(499)	(3.140)	(53)	(5.902)	-	-	(38.572)
Baixas no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre contas	-	(1.386)	5.384	(3.537)	(124)	(146)	2.468	67	(2.727)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2013	-	(7.872)	(25.016)	(46.276)	(602)	(2.050)	(8.516)	(104)	(11.553)	-	-	(101.989)

Valor líquido contábil												
Em 31 de março de 2011	3.544	83.796	95.262	213.513	715	903	10.618	40	23.648	46.659	11.590	490.288
Em 31 de março de 2012	5.794	70.836	62.834	131.172	709	1.495	6.045	7	32.477	47.927	620	359.916
Em 31 de março de 2013	6.334	59.509	62.028	113.256	685	1.178	9.949	59	33.673	64.037	4.146	354.854

Os ativos imobilizados dados em garantia dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota explicativa 18 - Empréstimos e financiamentos.

A Companhia avalia a cada exercício se já evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente.

15 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de cana-de-açúcar, através de contratos com arrendatários e parceiros de cana, para utilização como matéria em seus processos industriais de açúcar e etanol. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

	2013	2012	2011
Ativo biológico no início do exercício	398.109	288.580	227.092
Aumento decorrente de compras	-	466	12.808
Aumento decorrente dos plantios	65.915	99.867	61.164
Aumento decorrente dos tratos	58.750	50.750	41.227
Amortização da lavoura	(51.312)	(29.503)	(39.213)
Amortização dos tratos	(47.633)	(41.227)	(27.517)
Variação do valor justo	<u>47.547</u>	<u>29.176</u>	<u>13.019</u>
Ativo biológico no final do exercício	<u><u>471.376</u></u>	<u><u>398.109</u></u>	<u><u>288.580</u></u>

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

	2013	2012	2011
Safra 2011/2012	-	-	81.575
Safra 2012/2013	-	57.331	47.426
Safra 2013/2014	112.936	90.921	51.624
Safra 2014/2015	100.732	75.246	36.275
Safra 2015/2016	90.013	63.795	38.030
Safra 2016/2017	69.435	48.096	19.645
Safra 2017/2018	49.257	31.256	14.005
Safra 2018/2019	34.751	24.764	-
Safra 2019/2020	<u>14.252</u>	<u>6.700</u>	<u>-</u>
	<u><u>471.376</u></u>	<u><u>398.109</u></u>	<u><u>288.580</u></u>

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2013	2012	2011
Área estimada de colheita (ha)	55.267	62.521	40.273
Produtividade prevista (t/ha)	76,79	76,12	83,19
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg ATR/t)	140,00	139,00	142,42
Preço médio projetado de ATR (R\$/kg ATR)	0,49	0,51	0,41

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- Saídas de caixa representadas pelas estimativas de (i) os custos necessários para a transformação biológica de cana (manipulação de colheita) até a colheita, (ii) os custos associados com a colheita / corte, carregamento e transporte (CCT), e (iii) os custos de leasing e de parceria agrícola.

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 5,95% ao ano, compatível com a remuneração do investimento nas circunstâncias. As alterações no valor justo são apresentados como “As alterações no valor justo dos ativos biológicos”.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos brasileiros do país em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, pragas, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares nos canaviais e análises e controle de doenças e pragas.

16 Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido 2013	Líquido 2012	Líquido 2011
Software e outros	2.941	(682)	2.259	2.417	167
Total	<u>2.941</u>	<u>(682)</u>	<u>2.259</u>	<u>2.417</u>	<u>167</u>

17 Fornecedores

	2013	2012	2011
Fornecedores nacionais	38.463	67.533	33.958
Fornecedores de cana	3.176	20.464	12.274
Fornecedores - partes relacionadas (nota 23)	99	1.892	1.557
	<u>41.738</u>	<u>89.889</u>	<u>47.789</u>
Circulante	41.726	89.785	45.882
Não circulante	12	104	1.907

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

18 Empréstimos e financiamentos

	2013	2012	2011
Passivo circulante			
Capital de giro	85.303	147.047	72.320
Bonds	10.245	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	-	150.377	91.594
Pré-pagamento à Exportação (PPE)	10.551	58.899	212.201
<i>Leasing</i>	191	1.571	1.990
FINAME	1.161	21.896	130.146
	<u>107.451</u>	<u>379.790</u>	<u>508.251</u>
Passivo não circulante			
Capital de giro	213.763	40.177	53.515
Bond	575.522	-	-
Pré-pagamento à exportação (PPE)	28.797	117.170	4.292
<i>Leasing</i>	-	261	3.087
FINAME	4.446	98.233	8.208
	<u>822.558</u>	<u>255.841</u>	<u>69.102</u>
Total	<u>930.009</u>	<u>635.631</u>	<u>577.353</u>

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	Indexador	Moeda	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2011
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	Taxa pré-fixada + CDI + variação cambial	USD	-	-	-	150.377	91.594
Bonds	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	9,25%	2020	585.797	-	-
Capital de Giro	Taxa pré-fixada + CDI	R\$	13,58%	2013 a 2015	49.850	154.424	125.835
Capital de Giro	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	7,50%	2014	16.782	32.800	-
FINAME	Taxa pré-fixada + variação da TJLP/UMBNDDES	R\$	2,59%	2016 a 2018	5.607	120.129	138.354
Leasing	Taxa pré-fixada	R\$	11,11%	2013	191	1.832	5.077
Pré-pagamento à exportação (PPE)	Taxa pré-fixada + CDI/Libor + variação cambial	USD	9,79%	2013 a 2014	39.348	176.069	216.493
Sindicalizada	Taxa pré-fixada + CDI	R\$	16,51%	2017	120.539	-	-
Sindicalizada	Taxa pré-fixada + variação cambial	USD	11,50%	2017	111.895	-	-
					<u>930.009</u>	<u>635.631</u>	<u>577.353</u>

As parcelas do financiamento classificados como passivo não circulante vencem entre 2014 e 2021, e têm o seguinte cronograma de pagamento.

Ano de vencimento:	2013	2012	2011
2013	-	-	40.550
2014	-	17.747	10.741
2015	80.663	21.698	9.529
2016	60625	110.071	2.240
2017	42.121	2.172	2.188
2018	40.922	10.313	2.188
2019	22.675	91.548	1.250
2020	575.552	-	312
2021	-	<u>2.292</u>	<u>104</u>
	<u>822.558</u>	<u>255.841</u>	<u>69.102</u>

Com garantias:

Capital de giro	Alienação fiduciária ativo imobilizado / aplicação financeira / hipoteca imóveis rural / cessão direitos cred. / penhor agrícola / aval	101.923
FINAME	Alienação fiduciária ativo imobilizado / aval	6.917
Leasing	Alienação fiduciária ativo imobilizado / aval	1.455
Pré-pagamento à exportação (PPE)	Hipoteca imóveis rurais / cessão direitos cred. / nota promissória / penhor de lavoura / aval	61.492
Sindicalizada	Cessão direitos cred. / gravame conta vinculada / penhor de lavoura / aval	96.941

Em 31 de março de 2013 a Companhia não cumpriu com certas obrigações contratuais (covenants) relacionados a indicadores financeiros, porém obteve o waiver da instituição financeira.

19 Parcelamentos tributários

	2013	2012	2011
Companhia de tecnologia de saneamento ambiental - CETESB	-	133	315
Contribuição sobre o lucro líquido (i)	42	42	-
Imposto de renda da pessoa jurídica (i)	253	393	465
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço (ii)	6.017	4.729	6.810
Instituto nacional do seguro social (i)	4.792	5.091	5.497
	<u>11.104</u>	<u>10.388</u>	<u>13.087</u>
Circulante	5.265	3.405	4.058
Não circulante	5.839	6.983	9.029

- (i) A Companhia aderiu ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e, em Julho/2011 consolidou as suas dívidas referentes a INSS e IRPJ/CSLL.

- (ii) Refere-se aos débitos de ICMS que foram incluídos no Programa de Parcelamento incentivado do Estado de São Paulo (PPI). Os valores totais dos parcelamentos estão sendo pagos em 120 parcelas mensais.

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos tributários classificados no passivo circulante e não circulante:

Ano de vencimento	2013	2012	2011
2012	-	3.405	4.058
2013	5.265	2.706	3.178
2014 a 2024	<u>5.839</u>	<u>4.277</u>	<u>5.851</u>
	<u>11.104</u>	<u>10.388</u>	<u>13.087</u>
Passivo circulante	5.265	3.405	4.058
Passivo não circulante	5.839	6.983	9.029

20 Adiantamento de clientes

	2013	2012	2011
Adiantamento de clientes - Mercado interno (i)	1.151	31.875	8.976
Adiantamento de clientes - Mercado externo	-	-	1.649
Adiantamento de clientes - Diversos	-	3.192	-
Adiantamento de clientes - Performance	5.963	8.696	-
Adiantamento de clientes - Partes relacionadas (nota 23)	<u>-</u>	<u>10.049</u>	<u>-</u>
	<u>7.114</u>	<u>53.812</u>	<u>10.625</u>

O montante refere-se aos adiantamentos efetuados por clientes compradores de álcool.

21 Provisão para contingências

A Companhia possui processos de naturezas civil, trabalhista e tributária, todos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 31 de março de 2013, a provisão para contingência no montante de R\$ 6.588 refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, como segue:

Tonon Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2013, 2012 e 2011

	Cíveis e ambientais	Financeiras	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de março de 2011	3.744	11.077	2.340	231	17.392
Provisões feitas durante o período	-	2.344	552	97	2.993
Reclassificações durante o período	(236)	-	-	236	-
Saldo em 31 de março de 2012	3.508	13.421	2.892	564	20.385
Provisões feitas durante o período	57	-	3.282	336	3.675
Baixas feitas durante o período	(2.868)	(13.421)	(1.183)	-	(17.472)
Saldo em 31 de março de 2013	697	-	4.991	900	6.588

Processos tributários

Referem-se a: tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia, onde foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa dos processos tributários.

Processos cíveis e ambientais

Referem-se a: indenização por danos materiais e morais; ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas, têm como principais pedidos: horas extras; horas in itinere; supressão do intervalo intrajornada; adicionais de periculosidade e insalubridade; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; adicional noturno; e unicidade contratual com o conseqüente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

Processos financeiros

A Companhia não cumpriu no ano safra de 2010/2011 uma restrição de um contrato de empréstimos e financiamentos, o que daria direito à contraparte de cobrar multa cominatória sobre o valor principal do contrato, a partir da data em que houve o inadimplemento não financeiro, conforme previsibilidade no referido acordo.

No cálculo do valor da perda provável, foi considerada a taxa de atualização de 0,06603% ao dia, limitada a 10%, a partir de 26 de novembro de 2010, sobre o valor do principal de R\$ 134.210.

O saldo foi revertido decorrente da quitação do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao banco.

Passivos contingentes

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas, fiscais e cíveis no montante estimado em R\$ 48.063 (R\$ 36.135 em 31 de março de 2012 e R\$ 31.046 em 31 de março de 2011). Em razão do estágio em que se encontram essas ações e em função dos advogados considerarem possíveis as chances de êxito, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

22 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta.

Tal política visa a criar mecanismos que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pelos Comitês de Controladoria, Finanças e de Comercialização, e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração.

As operações de hedge para mitigação dos principais riscos são administradas da seguinte forma:

- (i) Para volatilidade dos preços do açúcar no mercado externo são definidos instrumentos que contemplem o montante de produção de açúcar VHP estimado para a safra;
- (ii) Para a taxa de câmbio são observados os montantes a serem recebidos em cada período, conforme fluxo de caixa previsto para a safra;
- (iii) Para as taxas de juros dos passivos financeiros é realizado hedge apenas das operações em que as taxas de juros apresentem volatilidade histórica expressiva.

Todas as posições assumidas são avaliadas constantemente com o objetivo de redimensionar sempre que necessário os volumes protegidos, visto que a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de proteção de seus ativos e passivos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A Companhia tem como escopo principal de sua gestão de risco de crédito contratar operações apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado como sólidas, e que sejam previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Dentro deste escopo, está autorizada a abertura de novas posições na bolsa de Nova York - *ICE Futures US* por intermédio da corretora INTL FCStone.

Para o risco de crédito de clientes a Companhia utiliza-se de mecanismos de análises prévias ao cadastro para garantir a idoneidade do potencial cliente, além de operar contratos *spot* para garantir o recebimento antecipado à entrega física do produto vendido, buscando manter um baixo giro médio de recebimento de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2013	2012	2011
Caixa e bancos	2.809	5.148	4.559
Aplicações financeiras	301.777	23.079	21.484
Outros investimentos	19.324	50.665	38.656
Instrumentos financeiros derivativos	1.373	7.325	19.907
Contas a receber de clientes	1.466	3.912	13.214
Outras contas a receber	<u>1.653</u>	<u>146.658</u>	<u>788</u>
	<u><u>328.402</u></u>	<u><u>236.787</u></u>	<u><u>98.608</u></u>

A Administração com o objetivo de mitigar o risco de crédito pulveriza suas aplicações financeiras e outros investimentos em instituições financeiras consideradas, pelo mercado, de primeira linha.

Perda por redução valor recuperável

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2013	2012	2011
Vencidas			
Em até 30 dias	-	2.649	1.958
De 31 a 60 dias	-	17	1.185
Após 61 dias	-	4.071	4.236
Acima de 121 dias	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>6.737</u>	<u>7.379</u>

	2013	2012	2011
A vencer			
Em até 30 dias	1.466	1.161	4.805
Em mais de 31 dias	-	25	2.228
	1.466	1.186	7.033
Total	1.466	7.923	14.412

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 31 de março de 2011	1.198
Utilizações no ano	(1.954)
Provisões feitas durante o período	4.767
Saldo em 31 de março de 2012	4.011
Utilizações no ano	(4.011)
Saldo em 31 de março de 2013	-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	2013				
	Fluxo de caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	41.738	41.726	12	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.628	1.749	-	2.879	-
Empréstimos e financiamentos	930.009	107.451	54.270	192.736	575.552
Outras contas a pagar	3.205	3.205	-	-	-
	979.580	154.131	54.282	195.615	575.552

	2012				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	89.889	89.785	104	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.740	7.740	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	635.631	379.790	39.445	112.243	104.153
Outras contas a pagar	101	101	-	-	-
	<u>733.361</u>	<u>477.416</u>	<u>39.549</u>	<u>112.243</u>	<u>104.153</u>
	2011				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	47.789	45.882	1.907	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.569	5.579	3.990	-	-
Empréstimos de clientes	<u>577.353</u>	<u>508.251</u>	<u>51.291</u>	11.769	6.042
	<u>634.711</u>	<u>559.712</u>	<u>57.188</u>	<u>11.769</u>	<u>6.042</u>

Os fluxos brutos de entradas / (saídas), divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O risco cambial ao qual a Companhia está exposta é a valorização do real frente ao dólar, pois parte significativa de suas receitas é proveniente de exportações recebidas em dólar e que em caso de uma valorização do real frente ao dólar causa uma diminuição em suas receitas.

Os mecanismos de hedge visam a garantir um recebimento médio compatível com os resultados projetados pela Companhia para o ano-safra. Para a proteção dos recebimentos provenientes da receita de exportação a Companhia utiliza-se de “Termos de Moeda” (NDF) com as diversas instituições financeiras com as quais opera.

Os saldos de empréstimos e financiamentos expostos ao dólar americano referem-se, materialmente, a operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio, Nota de Crédito à Exportação, Pré-pagamento de Exportação e Bond. A Companhia entende, portanto, que existe um hedge natural, visto que as operações serão pagas com recursos provenientes da entrega de açúcar, também em dólares norte-americanos, o que mitiga o risco de impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia está substancialmente atrelada a dólar americano (USD) nas datas-base apresentadas abaixo:

	2013		2012		2011	
	R\$	US.	R\$	US.	R\$	US.
Ativos						
Ativo circulante						
Contas a receber - Mercado externo			-	-	1.658	1.018
Instrumentos financeiros derivativos						
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	1.369	0,680	-	-	9.498	5.832
Depósitos de margem	4	0,002	7.325	4.020	10.409	6.391
Total dos ativos	1.373	0,682	7.325	4.020	21.565	13,241
	2013		2012		2011	
Passivos	R\$	US.	R\$	US.	R\$	US.
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	54.653	27,141	222.378	122.045	158.837	97.524
Instrumentos financeiros derivativos						
Opções futuras (mercado a mercado)			6.540	3.589	4.845	2.975
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF			469	258	-	-
Swap de fluxo de caixa	1.749	0,869	731	401	734	451
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	737.655	366,318	136.868	75.116	173.093	106.277
Instrumentos financeiros derivativos						
Swap de fluxo de caixa	2.879	1,430	-	-	3.990	2.450
Total dos passivos	796.936	395,757	366.986	201.409	341.499	209.677
Exposição passiva líquida	795.563	395,075	359.661	197.389	319.934	196.436

Os ativos e passivos monetários foram atualizados e registrados no balanço patrimonial de 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012 com a taxa de câmbio apurada pelo Banco Central do Brasil, sendo respectivamente, de R\$ 2,0138, R\$ 1,8221 e R\$ 1,6287 por USD 1,00.

Os saldos de empréstimos e financiamentos referem-se a operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio, Nota de Crédito à Exportação, Pré-Pagamento de Exportação e Bonds, portanto, embora o efeito cambial tenha impacto nas demonstrações financeiras, existe um hedge natural, visto que as operações serão pagas com recursos provenientes da entrega de açúcar, também em dólares norte-americanos, o que mitiga o risco de impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi adotada com base na posição da Companhia em 31 de março de 2013. Para os outros cenários, a administração utilizou 25% para um cenário possível e uma variação de 50% para um cenário remoto

Operações	Remoto (-50%)	Possível (-25%)	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF (*)	(42.818)	(22.093)	(1.369)	19.356	40.018
Swap de fluxo de caixa	7.808	6.209	4.839	3.211	1.802
Empréstimos e financiamentos	396.154	594.231	792.308	990.385	1.188.462

(*) As variações foram calculadas sobre a taxa referencial de cada transação, sendo esta, a taxa que seria negociada com as contra partes em 31 de março de 2013.

Risco de taxas de juros

A Companhia tem os custos do endividamento vinculados substancialmente em taxas variáveis e, desta forma, está exposta à volatilidade das seguintes taxas de juros: Libor, TJLP e CDI. Ocasionalmente, quando são verificadas volatilidades expressivas em alguma taxa de juros à qual está exposta, a Companhia protege-se de taxas de juros por meio da contratação de “Swaps de Fluxo de Caixa” vinculados a algumas operações de longo prazo, como Pré-pagamento de Exportações e Notas de Crédito à Exportação, as quais são contratadas com diversas instituições financeiras com as quais a Companhia opera.

Composição dos instrumentos financeiros com taxas de juros variáveis

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Instrumentos de taxa variável

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações financeiras.

Riscos de preços

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados, como açúcar e etanol.

A Companhia atua no gerenciamento dos riscos de preços para volumes de açúcar que correspondem à expectativa de produção para a safra. O gerenciamento das posições é feito com o objetivo de possibilitar ajustes nas posições firmadas, em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros da bolsa de Nova York (ICE Future US - Intercontinental Exchange) e em mercados de balcão.

Em 31 de março de 2013, 113.493 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas entre abril a julho de 2013, com fixação em um preço médio de 0,1969 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra-peso) na bolsa de Nova York - ICE Futures US.

Análise de sensibilidade

As premissas utilizadas para análise de sensibilidade consideram que, há variação de 10% para mais e 10% para menos a partir dos índices utilizados para apuração do valor justo em 31 de março de 2013.

A Companhia não mostra marcação a Mercado dos contratos de balcão - Açúcar.

Gerenciamento do capital

A avaliação de riscos para gerenciamento do capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Cabe ao Conselho de Administração definir qual o indicador de desempenho a ser analisado e as ações para atingir o nível desejado.

O indicador utilizado pela Companhia é a relação da dívida líquida dividida pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, incluindo amortização da lavoura, acumulado nos últimos 12 meses). Como dívida líquida, considera-se o total dos empréstimos e financiamentos excluindo o total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos, e o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses.

Como ações para consecução dos objetivos e metas de gerenciamento do capital, são admissíveis aquelas de revisão da política de dividendos, de investimentos e da gestão dos ativos da Companhia.

O índice considerado satisfatório pela Companhia deve ser igual ou inferior a três, ou seja, a dívida deve ser no máximo, três vezes o EBITDA.

O índice apurado no exercício findo em 31 de março de 2013 foi de 2,07 (1,83 em 31 de março de 2012 e 2,75 em 31 de março de 2011), estando em acordo com o índice mínimo estabelecido pela Companhia

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2013	2012	2011
Total de empréstimos e financiamentos	930.009	635.631	577.353
Menos: Caixa equivalente de caixa	304.586	28.227	26.043
Menos: Outros investimentos	<u>19.324</u>	<u>50.665</u>	<u>38.656</u>
Dívida líquida	<u>606.099</u>	<u>556.739</u>	<u>512.654</u>
Total patrimônio líquido	302.539	265.033	141.253
Dívida líquida pelo patrimônio líquido	2,00	2,10	3,63

(*) Outros investimentos exclui os investimentos reconhecidos pelo custo no Centro de Tecnologia Canavieira, Tonon Bioeletrecidade S.A., Tonon Bioeletrecidade MS Ltda .e Auto Posto Santa Cândida.

Classificações contábeis e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias:

	2013	2012	2011
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Outros investimentos	19.324	50.665	38.656
Instrumentos financeiros derivativos ativos	1.373	7.325	19.907
Instrumentos financeiros derivativos passivos	4.628	(7.740)	(9.569)
Ativos mantidos pelo custo amortizado			
Caixa e equivalente de caixa	304.586	28.227	26.043
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber de clientes	1.466	3.912	13.214
Outras contas a receber	1.653	146.658	788
Passivos mantidos pelo custo amortizado			
Fornecedores	(41.738)	(89.889)	(47.789)
Empréstimos e financiamentos	(930.009)	(635.631)	(577.353)
Outras contas a pagar	(3.205)	(101)	-

Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, não foi realizada reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias acima.

Valor contábil versus valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2013		2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	304.586	304.586	28.227	28.227	26.043	26.043
Outros investimentos	19.324	19.324	50.665	50.665	38.656	38.656
Instrumentos financeiros derivativos	1.373	1.373	7.325	7.325	19.907	19.907
Contas a receber de clientes	1.466	1.466	3.912	3.912	13.214	13.214
Outras contas a receber	1.653	1.653	146.658	146.658	788	788
Passivos						
Fornecedores	41.738	41.738	89.889	89.889	47.789	47.789
Instrumentos financeiros derivativos	4.628	4.628	7.740	7.740	9.569	9.569
Empréstimos e financiamentos	930.009	930.009	635.631	635.631	577.353	577.353
Outras contas a pagar	3.205	3.205	101	101	-	-

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Mensurações de valor justo de Nível 1** - São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Mensurações de valor justo de Nível 2** - São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- **Mensurações de valor justo de Nível 3** - São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	2.999	301.587	-
Outros investimentos	19.324	-	-
Depósito de margem	-	11.601	-
Passivos			
Swap de fluxo de caixa	-	4.628	-
	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	27.630	597	-
Outros investimentos	-	50.665	-
Depósito de margem	-	7.325	-
Passivos			
Opções futuras (mercado a mercado)	6.540	-	-
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	469	-	-
Swap de fluxo de caixa	731	-	-

	2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Outros investimentos	-	38.656	-
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	9.498	-	-
Depósito de margem	-	10.409	-
Passivos			
Opções futuras (mercado a mercado)	4.845	-	-
Swap de fluxo de caixa	4.724	-	-

Instrumentos derivativos

Em 31 de março de 2013, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos foram os seguintes:

	2013	2012
Derivativos ativos		
Depósitos de margem	4	7.325
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	1.369	-
Total do ativo circulante	1.373	7.325
Derivativos passivos		
Posições de açúcar - MtM	-	6.540
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	-	469
Swap de fluxo de caixa	4.628	731
Total dos passivos	4.628	7.740
Total do passivo circulante	1.749	7.740
Total do passivo não circulante	2.879	-

Os valores de depósitos de margem referem-se a recursos mantidos em conta corrente com a corretora INTL FCStone para cobertura de margens iniciais e ajustes diários decorrentes da oscilação de preços do açúcar, para garantir as operações que a Companhia mantém em aberto com a corretora.

Os saldos das posições de açúcar MtM referem-se ao resultado potencial das operações de futuros e de balcão em aberto com a corretora INTL FCStone. As datas de vencimento das operações estão vinculadas às datas de embarque dos lotes de açúcar, conforme contratos firmados com os clientes Bunge London Ltd. e ED&F Man Ltd.

O saldo de contratos a termo, NDF, refere-se ao resultado positivo das operações de hedge cambial contratadas, na modalidade de NDF.

O saldo do swap de fluxo de caixa refere-se ao resultado negativo apurado para operações de hedge de fluxo de caixa de operações de pré-pagamento de exportação

Margens em garantia

A Companhia mantém em 31 de março de 2013 valores depositados como margem de garantia, conforme determinação da bolsa de Nova York ICE Future US, conforme abaixo:

Corretora INTL FCStone	2013	2012
Conta Futuros	-	-
Conta OTC	<u>4</u>	<u>7.325</u>
	<u>4</u>	<u>7.325</u>

A Companhia não apresenta saldos de contratos de futuros e OTC em 31 de março de 2013. Em 31 de março de 2012, os valores justos das operações relacionadas com instrumentos derivativos foram estabelecidos, como segue:

	2012		
	Contrato	Valor justo	Efeito a receber
Contratos de swap			
Posição comprada	385	371	371
Posição vendida	<u>80</u>	<u>129</u>	<u>129</u>
	<u>465</u>	<u>500</u>	<u>500</u>
Contratos de balcão			
Posição comprada	1.014	2.345	2.345
Posição vendida	<u>1.726</u>	<u>3.693</u>	<u>3.693</u>
	<u>2.740</u>	<u>6.038</u>	<u>6.038</u>
Total	<u>3.205</u>	<u>6.538</u>	<u>6.538</u>

	2011		
	Contrato	Valor justo	Efeito a receber
Contratos de futuros			
Posição comprada	110	102	102
	110	102	102
Contratos de swap			
Posição comprada	372	22,687	2,269
Posição vendida	755	20,221	2,022
	1.127	42.908	4.291
Contratos de balcão			
Posição comprada	570	5.067	507
Posição vendida	122	(544)	(54)
	692	4.523	453
Total	1.929	47.533	4.846

Contratos a Termo - NDF

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira em 31 de março de 2013 são com os seguintes bancos: Bradesco, Itaú BBA, Pine, Rabobank e Santander.

Posição	Vencimento	US\$ mil	Taxa média fixada R\$/US\$	Valor de referência - R\$	Valor justo - R\$	Efeito a pagar - R\$
Vendida	Maio-13	2.250	2.1038	4.734	148	148
Vendida	Junho-13	750	2.1622	1.622	85	85
Vendida	Julho-13	8.500	2.1049	17.892	389	389
Vendida	Agosto-13	8.500	2.1115	17.947	349	349
Vendida	Setembro-13	7.250	2.1178	15.354	267	267
Vendida	Novembro-13	5.000	2.1241	10.621	105	105
Vendida	Outubro-13	2.750	2.1206	5.832	76	76
Vendida	Dezembro-13	3.500	2.1276	7.447	47	47
Vendida	Junho-14	750	2.1451	1.609	(23)	(23)
Vendida	Julho-14	750	2.1560	1.617	(22)	(22)
Vendida	Agosto-14	750	2.1637	1.623	(25)	(25)
Vendida	Setembro-14	750	2.1727	1.630	(28)	(28)
		41.500				1.368

Swap de fluxo de caixa

As contrapartes dos swaps de fluxo de caixa são com instituições financeiras consideradas, pelo mercado, como bancos de primeira linha. Os contratos são destinados à proteção cambial de operações de pré-pagamento de exportação que tem custos atrelados a libor.

Vencimento	Valor de Referência	Valor justo	Efeito a pagar
	R\$	R\$	R\$
Setembro-13	5.949	(971)	(971)
Agosto-14	4.656	(1.570)	(1.570)
Agosto-15	4.087	(1.193)	(1.193)
Agosto-16	2.983	(628)	(628)
Agosto-17	1.695	(266)	(266)
			<u>(4.628)</u>

Impacto dos instrumentos financeiros derivativos no resultado

Receitas e despesas com derivativos por categoria	2013	2012	2011
Receitas			
Contratos futuros - Açúcar	9.500	15.167	12.195
Contratos a termo de moedas - NDF	1.498	180	14.119
Swap de fluxo de caixa	358	8.562	-
Total receita	<u>11.356</u>	<u>23.909</u>	<u>26.314</u>
Despesas			
Contratos futuros - Açúcar	-	(16.067)	(14.084)
Contratos a termo de moedas - NDF	(9.017)	(6.588)	(148)
Swap de Fluxo de caixa	(6.332)	(2.122)	(11.613)
Total despesas	<u>(15.349)</u>	<u>(24.777)</u>	<u>(25.845)</u>
Resultado líquido	<u>(3.993)</u>	<u>(868)</u>	<u>469</u>

23 Partes relacionadas

Remuneração-chave do pessoal da administração

	2013	2012	2011
Ordenados e salários	1.747	2.139	1.762
Honorários e bônus	88	432	784
Contribuições previdenciárias e sociais	287	398	188
Programa de participação nos resultados	313	78	454
Outros	1.933	1.730	290
	<u>4.368</u>	<u>4.777</u>	<u>3.478</u>

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, composto pela diretoria e conselheiros, em 31 de março de 2013 foi de R\$ 4.368 (R\$ 4.777 de 31 de março de 2012 e R\$ 3.478 em 31 de março de 2011) e inclui salários e benefícios variáveis de curto prazo. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

Outras transações com partes relacionadas

Composição dos saldos dos ativos	2013	2012	2011
Contas a receber			
Alfredo Tonon e Outros	-	4	4
J. Tonon Transp. Ltda.	-	1	1
JRAM Transportes Ltda.	-	-	1.385
Transbocainense Transportes Ltda.	1.466	1.481	839
	<u>1.466</u>	<u>1.481</u>	<u>839</u>
Total do contas a receber - Partes relacionadas (nota 8)	<u>1.466</u>	<u>1.486</u>	<u>2.228</u>
Adiantamento a fornecedores			
Abelmir Bortolo Tonon	374	374	199
Alfredo Tonon e Outros	1.211	1.174	672
Antônio Tonon	237	234	112
Aparecida T. Tonon Ghiselli	357	380	229
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	855	956	2.050
Carlos Eduardo B. Tonon	-	-	65
Celso Roberto Tonon	324	392	232
Dionete Tonon	116	-	-
Fernando José B. Tonon	-	-	4
José Antônio Tonon	876	908	435
Renato José Tonon	689	671	339
Transbilin Transp. Ltda.	1.902	35	-
Tonon Agroimóveis Rurais Ltda.	1.490	1.886	-
Transbocainense Transportes Ltda.	1.041	-	-
Vera Tonon Durante	180	-	-
	<u>9.652</u>	<u>7.010</u>	<u>4.337</u>
Total do adiantamento a fornecedores - Partes relacionadas (nota 10)	<u>9.652</u>	<u>7.010</u>	<u>4.337</u>

Tonon Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2013, 2012 e 2011

Composição dos saldos de passivo	2013	2012	2011
Fornecedores			
ABT Participações Ltda.	8	12	-
Alfredo Tonon e Outros	-	1.673	1.557
Auto Posto Santa Candida de Bocaina Ltda.	10	-	-
ALT Participações Ltda.	8	12	-
ANT Participações Ltda.	8	12	-
CAJRT Participações Ltda.	8	12	-
Celso Roberto Tonon	15	73	-
Dionete Tonon	-	-	4
JAT Participações Ltda.	8	12	-
J. Tonon Transp. Ltda.	28	68	-
RJT Participações Ltda.	6	12	-
Tonon Agroimóveis Rurais Ltda.	-	2	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total de fornecedores - partes relacionadas (nota 17)	99	1.892	1.557
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Adiantamento a clientes			
Energisa S.A.	-	10.000	-
Transbilin Transp. Ltda.	-	49	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total de adiantamento a clientes - partes relacionadas (nota 20)	-	10.049	-
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

2013

	Venda de ativo imobilizado	Compra de combustível	Compra de cana-de-açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com pró-labore	Compra de ativo imobilizado	Total
Abelmir Bortolo Tonon	-	-	-	-	152	-	510	662
ABT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	94	-	94
Alfredo Tonon	-	-	403	-	224	-	-	627
ALT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	94	-	94
ANT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	94	-	94
Antônio Tonon	-	-	-	-	95	-	-	95
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	-	324	-	-	-	-	324
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	-	24.979	-	-	-	-	-	24.979
CAJRTParticipações Ltda.	-	-	-	-	-	94	-	94
Carlos Eduardo B. Tonon	-	-	22	-	-	-	518	540
Celso Roberto Tonon	-	-	407	-	173	-	-	580
Dionete Tonon	-	-	26	-	-	-	-	26
Fernando José B. Tonon	-	-	-	-	-	-	128	128
J. Tonon Transportes Ltda.	-	-	-	482	-	-	-	482
JAT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	94	-	94
José Antônio Tonon	-	-	313	-	183	-	-	496
Renato José Tonon	-	-	762	-	173	-	-	935
RJT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	94	-	94
Tonon Agro Imóveis Rurais Ltda.	-	-	9.832	-	-	-	-	9.832
Transbilin Transportes Ltda.	-	-	-	46	-	-	-	46
Transbocainense Transportes Ltda.	-	-	-	135	-	-	-	135
Total	-	24.979	12.089	663	1.000	564	1.156	40.451

2012

	Venda de ativo Imobilizado	Compra de combustível	Compra de cana-de-açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com pro-labore	Total
Abelmir Bortolo Tonon	-	-	42	-	152	-	194
ABT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	69	69
Alfredo Tonon	-	-	210	-	224	-	434
Alfredo Tonon E Outros	-	-	1.302	-	-	-	1.302
ALT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	69	69
ANT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	69	69
Antônio Tonon	-	-	-	-	95	-	95
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	-	183	-	-	-	183
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	-	25.553	-	-	-	-	25.553
CAJRTParticipações Ltda.	-	-	-	-	-	69	69
Carlos Eduardo B. Tonon	-	-	21	-	-	-	21
Celso Roberto Tonon	-	-	358	-	173	-	531
Dionete Tonon	-	-	91	-	-	-	91
J. Tonon Transportes Ltda.	-	-	-	993	-	-	993
JAT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	69	69
José Antônio Tonon	-	-	40	-	183	-	223
Renato José Tonon	-	-	112	-	173	-	285
RJT Participações Ltda.	-	-	-	-	-	69	69
Tonon Agro Imóveis Rurais Ltda.	-	-	4.712	-	-	-	4.712
Transbilin Transportes Ltda.	-	-	-	3.481	-	-	3.481
Transbocainense Transportes Ltda.	1.385	-	-	3.825	-	-	5.210
Total	1.385	25.553	7.071	8.299	1.000	414	43.722

2011

	Venda de ativo Imobilizado	Compra de combustível	Compra de cana-de-açúcar	Serviços tomados	Fianças tomadas	Despesa com pro-labore	Total
Abelmir Bortolo Tonon	-	-	214	-	152	-	366
Alfredo Tonon E Outros	-	-	929	-	223	-	1.152
Antonio Tonon	-	-	113	-	94	-	207
Aparecida T. Tonon Ghiselli	-	-	229	-	-	-	229
Auto Posto Santa Cândida de Bocaina Ltda.	-	26.354	-	-	-	-	26.354
Carlos Eduardo B. Tonon	-	-	65	-	-	-	65
Celso Roberto Tonon	-	-	307	-	172	-	479
Claudette B. Tonon	-	-	12	-	-	-	12
Dionete Tonon	-	-	6	-	-	-	6
Fernando José B. Tonon	-	-	4	-	-	-	4
J. Tonon Transportes Ltda.	-	-	1	-	-	-	1
JRAM Transportes Ltda.	1.385	-	-	-	-	-	1.385
José Antônio Tonon	-	-	482	-	182	-	664
Rafael Tonon	-	-	23	-	-	-	23
Renato José Tonon	-	-	412	-	172	-	584
Transbocainense Transportes Ltda.	838	-	-	-	-	-	838
Total	2.223	26.354	2.797	-	995	-	32.369

24 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 15 de outubro de 2012 houve o aumento de capital através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital feito pela FIP Terra Viva em 3 de setembro de 2012, no montante de R\$44 milhões. Esse aumento está dividido em R\$11.886 no capital social e R\$32.113 na reserva de capital representada pelo valor excedente do preço de emissão na subscrição de ações.

Em 31 de março de 2013, o capital social é de R\$ 79.310, dividido em 55.000.009 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e 24.110.349 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. O capital social é composto pelos seguintes acionistas:

	2013		2012		2011	
	Ações (milhares)	R\$	Ações (milhares)	R\$	Ações (milhares)	R\$
Tonon Holding S.A. (i)	55.200	55.200	55.470	55.470	55.470	55.470
FIP - Terra Viva (ii)	24.110	<u>24.110</u>	11.954	<u>11.954</u>	-	<u>-</u>
		<u>79.310</u>		<u>67.424</u>		<u>55.470</u>

- (i) Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (ii) Ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de outubro de 2012, foi capitalizado o adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) feita pela FIP Terra Viva em 3 de setembro de 2012, no valor de R \$ 44 milhões.

Todo capital social encontra-se subscrito e devidamente integralizado.

A Companhia possuía ações preferenciais no montante de R\$ 86.000 , dos quais foram recebidas R\$ 81.000 em 26 de fevereiro de 2010 e R\$5.000 mil em 27 de abril de 2010, apresentadas como Capital Social e Reserva de Capital e que, devido às suas características, deveriam ter sido tratadas como instrumento financeiro passivo e atualizadas por IPCA mais 12% a.a. desde a data das respectivas integralizações.

Em 16 de setembro de 2011 os acionistas da Companhia adotaram o acordo de acionistas até então vigente, pelo qual a classificação contábil das ações preferenciais passou a ser como instrumento de patrimônio, de acordo com o CPC 39. O referido aditamento apresentou as seguintes principais características:

- Alteração dos direitos das ações preferenciais de emissão da Companhia, excluindo qualquer previsão relativa ao seu resgate por parte da Companhia;
- Extinção da reserva estatutária que anteriormente fora destinada única e exclusivamente para o pagamento do resgate das ações preferenciais.

Reserva de capital

Representada pelo valor excedente do preço de emissão na subscrição de ações pelo fundo FIP Terra Viva.

Reserva especial de ágio

Representada pelo benefício fiscal gerado pelo ágio através das incorporações societárias realizadas pela Companhia.

A Companhia, para fins societários, realizou a baixa desse ágio, pois para as práticas contábeis adotadas no Brasil esse ágio não atende aos requisitos de reconhecimento contábil, entretanto, a parcela do benefício fiscal a qual a Companhia tem direito foi mantida conforme opinião legal de seus assessores legais.

Reserva legal

A destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei nº 6.404/76, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da mesma Lei, observada a seguinte ordem de dedução: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Dividendos

Referente ao dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 30% (trinta por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que excede o lucro realizado, nos termos do artigo 197, da Lei nº 6.404/76.

Ajuste de avaliação patrimonial

Referente a adoção do custo atribuído feita para o ativo imobilizado na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

25 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol e energia elétrica para os mercados interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e receita líquida é como segue.

	2013	2012	2011
Receita bruta de vendas no mercado interno	217.327	208.583	187.917
Receita bruta de vendas no mercado externo	410.161	291.147	231.225
Receita bruta de vendas de serviços	<u>2.554</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>630.042</u>	<u>499.730</u>	<u>419.142</u>
Menos:			
Deduções e abatimentos	(15.762)	(2.367)	(3.781)
Impostos sobre as vendas	<u>(20.177)</u>	<u>(21.555)</u>	<u>(23.012)</u>
	<u>(35.939)</u>	<u>(23.922)</u>	<u>(26.793)</u>
Total da receita	<u><u>594.103</u></u>	<u><u>475.808</u></u>	<u><u>392.349</u></u>

26 Despesas e outras receitas operacionais

	2013	2012	2011
Despesas operacionais por natureza			
Despesa com pessoal	(12.405)	(9.726)	(8.817)
Serviços de terceiros	(4.806)	(3.647)	(6.465)
Despesas comerciais de fretes e embarques	(40.284)	(30.598)	(29.748)
Despesas com impostos, taxas e contribuições	(422)	(288)	(1.068)
Outras despesas	(1.345)	(1.574)	(7.131)
Depreciação e amortização	(1.146)	(869)	(3.323)
Ganho na venda de investimentos	(2.747)	57.786	-
Ajuste no valor justo dos investimentos	1.752	4.309	-
Outras receitas operacionais líquidas	108	1.480	1.206
Despesa c/ PDD - Clientes	<u>5.478</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(55.817)</u>	<u>16.873</u>	<u>(55.346)</u>
Despesas operacionais por função			
Despesas administrativas	(5.220)	(4.777)	(6.716)
Despesas de vendas	(36.030)	(31.537)	(29.748)
Despesas gerais	(14.023)	(10.390)	(20.088)
Outras receitas operacionais líquidas	<u>(544)</u>	<u>63.577</u>	<u>1.206</u>
	<u>(55.817)</u>	<u>16.873</u>	<u>(55.346)</u>

27 Resultado financeiro líquido

	2013	2012	2011
Receitas financeiras			
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	1.339	23.909	26.313
Multas contratuais	13.421	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	7.536	8.833	4.833
Descontos obtidos	356	1.962	1.462
Juros ativos	4.726	7.731	-
Variação cambial ativa	51.770	79.583	29.794
	<u>79.148</u>	<u>122.018</u>	<u>62.402</u>
Despesas financeiras			
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(15.349)	(24.777)	(25.845)
Juros passivos e despesas bancárias	(94.798)	(80.543)	(87.989)
Variação cambial passiva	(102.743)	(123.197)	(10.641)
Multas contratuais	-	(12.835)	-
	<u>(212.890)</u>	<u>(241.352)</u>	<u>(124.475)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(133.742)</u>	<u>(119.334)</u>	<u>(62.073)</u>

28 Subvenção governamental

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Mato Grosso do Sul na forma de deferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. A utilização do benefício pela Companhia está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no termo de acordo, cujas condições referem-se a fatores sob controle da própria Companhia.

O benefício relativo a redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração de resultado como deduções na linha impostos sobre as vendas.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2013 e de 2012, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 4.245, R\$ 2.811 e R\$ 3.451, respectivamente.

29 Compromissos firmes

Abaixo consta a expectativa de produção para a Safra 2013/2014 com os respectivos volumes de compromissos com clientes, bem como os compromissos para as próximas safras, referentes a contratos já firmados com clientes e fornecedores, parceiros e arrendamentos de cana-de-açúcar.

Safra 2013/2014 Período safra- Produção prevista versus compromissos com clientes

Valores de açúcar VHP (em toneladas)		
Produção Prevista	Compromissos com clientes	Volume (%) compromissado
394.852	368.000	93%

Compromissos com clientes para as próximas safras para venda de açúcar

Ano/Safra	Toneladas de açúcar
2013/2014	368.000
2014/2015	311.000
2015/2016	351.000
2016/2017	134.000
2017/2018	60.000
	1.224.000

Safra 2013/2014 - Contratos fechados para 2013 e anos subsequentes de fornecedores e parceiros e arrendamentos

Safras futuras	Compromissos com fornecedores em milhares de R\$
Safra 2013/2014	91.728
Safra 2014/2015	83.498
Safra 2015/2016	75.201
Safra 2016/2017	59.275
Safra 2017/2018	45.483
Safra 2018/2019	17.511
Safra de 2019/2010 a 2027/2028	92.842
	465.538

Para fins de valorização dos compromissos de pagamentos de fornecedores, parceiros e arrendamentos, foi utilizado o valor do ATR vigente no mês de março de 2013 de R\$ 0,4728 kg/ATR em 2013 e nas demais safras para os compromissos fechados.

30 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo

de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

	2013	2012
Riscos operacionais	30.000	25.750
Danos materiais	640.000	593.279
Lucros cessantes	33.049	33.049
Responsabilidade civil	3.600	600
	<u>706.649</u>	<u>652.678</u>

31 Programa de participação nos lucros e resultado

Em conformidade com os Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas tendo como base o plano orçamentário

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) índices operacionais agroindustriais; (ii) índice orçamentário; (iii) índices estatísticos de segurança, saúde e meio ambiente; (iv) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (v) desempenho econômico-financeiro.

O valor da participação nos lucros e resultado em 31 de março de 2013 foi de R\$ 7.670, o qual foi registrado como custos e despesas operacionais (R\$ 6.240 em 31 de março de 2012).

32 Eventos subsequentes

Os seguintes eventos subsequentes ocorreram após 31 de março de 2013:

- Em 20 de março de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra de ações (ou o contrato de aquisição Paraíso) com os vendedores individuais e FIP DGF Terra Viva (FIP DGF Terra Viva e os vendedores individuais aqui referidos coletivamente como os Sellers) nos termos que a Companhia adquiriu Paraíso, um operador de açúcar e álcool no estado de São Paulo, que opera uma usina com capacidade de moagem de cana de 2,5 milhões de toneladas por safra. A usina Paraíso está localizado a menos de 40 km de distância da nossa usina Santa Cândida. Em 10 de abril de 2013 a Companhia recebeu a aprovação final para a aquisição do regulador CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Depois de considerar todos os aspectos legais da transação, incluindo a aprovação do CADE, a aquisição foi concluída em 03 maio de 2013. Nesta data, a Companhia pagou o valor de R \$ 120 milhões compostos por R \$ 50 milhões em dinheiro e R \$ 70 milhões de novas ações emitidas para os acionistas da Paraíso Bioenergia S/A Os restantes R \$ 50 milhões serão pagos, por opção da Companhia, em dinheiro ou mediante a emissão de novas ações, tal como acordado no contrato de compra.
- Em 29 de abril de 2013, a investida Auto Posto Santa Cândida foi incorporada pela Tonon Bioenergia por R\$4.670 representados pelo seu valor do patrimônio líquido, suportado por laudo técnico emitido por empresa especializada.

* * *